

Governo estuda repatriamento de angolanos

Tasso Marcelo/AE

Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores querem que 2 mil pessoas voltem para seu país de origem em função da normalização política

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — O governo está estudando o repatriamento, este ano, dos 2 mil angolanos exilados no Brasil. A normalização da situação política em Angola, que passou por uma das mais sangrentas guerras civis nos últimos anos, fez com que os Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores comessem a estudar a possibilidade de sugerir o retorno voluntário dos refugiados.

A Secretaria de Justiça do Ministério da Justiça vai conversar com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) sobre os angolanos. "Acreditamos que não haverá problemas", ressaltou a secretária de Justiça, Sandra Valle, que vai sugerir aos exilados o retorno. "Angola está a caminho do estado de paz, por isso não há necessidade de

receio em voltar."

Dos 2.500 refugiados que vivem no Brasil, apenas 500 são de outros países. Os demais vieram de Angola, nos últimos 10 anos, por causa da guerra civil. A maioria vive em São Paulo e no Rio, onde ganharam apoio da Sociedade Caritas e recebem benefícios dos brasileiros. A entrada maciça no País dos angolanos deve-se à semelhança dos idiomas.

Se o governo encontrar dificuldades para fazer o repatriamento voluntário, poderá apelar por uma forma mais dura. Pela lei atual, o repatriamento poderá ser aceito pelo refugiado ou determinado pelo Estado, se achar que não existem mais razões para o exilado permanecer no Brasil. "Se acharmos que no país de origem está tudo bem, poderemos determinar o repatriamento, mesmo que o refugiado não aceite", disse Sandra.



Jobim fala no Tribunal de Justiça do Rio: cuidar do problema dos menores abandonados também é responsabilidade da sociedade